



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Maio de 2011
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

PLANEJAMENTO URBANO E REALIZAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA GERAL NOS SISTEMAS DE ESPAÇOS LIVRES DE CIDADES MÉDIAS E METRÓPOLES BRASILEIRAS

Vanderli Custódio (USP) - vanderli@usp.br

Geógrafa, Profa. Dra. do Instituto de Estudos Brasileiros (Área Temática de Geografia) – IEB-USP

Fany Galender (USP) - fgalender@uol.com.br

Arquiteta da Prefeitura Municipal de São Paulo, pesquisadora do LAB-QUAPÁ da FAUUSP

Eugenio Fernandes Queiroga (USP) - queiroga@usp.br

Arquiteto e Urbanista, Prof. Dr. da FAUUSP e bolsista do CNPq

Ana Cecília de Arruda Campos (USP) - anacecilia@arrudacampos.com

Arquiteta e Urbanista, pesquisadora do LAB-QUAPÁ da FAUUSP

Rogério Akamine (UNINOVE e USJT) - akamine224@gmail.com

Arquiteto e Urbanista, Prof. Dr. da UNINOVE e da USJT, pesquisador do LAB-QUAPÁ da FAUUSP

Sílvio Soares Macedo (USP) - ssmduck@usp.br

Arquiteto, Prof. Tit. da FAUUSP, bolsista do CNPq

Fábio Mariz Gonçalves (USP) - fabiogoncalves@uol.com.br

Arquiteto e Urbanista, Prof. Dr. da FAUUSP

Helena Degreas - hdegreas@uol.com.br

Arquiteta e Urbanista, Profa. Dra. da FIAM-FAAM, pesquisadora do LAB-QUAPÁ da FAUUSP

Introdução

Este trabalho expõe alguns dos resultados do Projeto Temático denominado de “Os Sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil” (apoios FAPESP e CNPq), coordenado pelo LAB-QUAPÁ da FAUUSP, entre os anos de 2006 e 2010.²

Para a realização da pesquisa apoiou-se em amplo levantamento sistematizado de informações de diversas naturezas: análise e representação da legislação urbanística e ambiental, levantamento e análise gráfica de mapas e fotos aéreas; realização de 23³ oficinas de dois dias, *in loco*, com a participação de instituições locais e regionais de ensino superior público e privado, Poder Público, agentes do mercado imobiliário local, organizações não governamentais e movimentos sociais urbanos; e elaboração de colóquios anuais e relatórios por parte das coordenações nacional e local. Para efeito deste texto considerou-se os dados sobre 19⁴ cidades brasileiras, dentre as 23 oficinas realizadas: são cidades de médio e grande porte, 17 integram regiões metropolitanas e também são 17 as capitais, das 27 existentes no país.

O Projeto Temático partiu dos conceitos de espaço de Milton Santos (1996), de espaço livre de Miranda Magnoli (1982), de esfera pública de Arendt (1991) e das noções de sistema e complexidade de Morin (2008). Desta maneira pode-se afirmar que toda área urbana, da escala distrital à regional, possui um sistema de espaços livres a ela correspondente, e do qual fazem parte todos os espaços livres que integram tal área, sejam eles públicos ou privados, vegetados ou não. Neste sentido, não se pode desprezar os espaços livres privados quando se pretende compreender relações – dialéticas e sistêmicas – entre espaços livres urbanos e vida urbana.

Neste breve trabalho parte-se do pressuposto de que a plena realização da esfera pública geral (QUEIROGA et. al., 2009) se relaciona com a qualidade dos espaços livres públicos físicos, assim questionamos: tais espaços necessitam ser qualificados, ou seja, com planejamento, projeto, implantação e gestão? O quanto os aspectos da qualificação dos espaços livres (ELs) públicos interfere na realização da esfera pública? Neste sentido, quais são os ELs mais utilizados nas metrópoles analisadas? O quanto o planejamento urbano tem possibilitado tal realização?

1. O planejamento urbano

O ostracismo pelo qual passou o planejamento urbano no mundo capitalista na década de 1980, por conta da volta do ideário neoliberal, da privatização e da diminuição do papel do Estado no mercado, apenas serviu para fazê-lo ressurgir com força nas décadas de 1990 e primeira década do século XXI. No contexto brasileiro, contribuiu ainda a dissolução de estruturas centralizadoras como Serfhou, associadas ao Regime Militar, na década anterior.

Não obstante, o planejamento urbano e as políticas urbanas terem, por vezes, caminhado em sentidos opostos (Hall, 2007, p.482), a emergência das chamadas cidades mundiais tem demonstrado a necessidade, seja para o mercado, seja para o Estado, da prática do planejamento urbano.

No Brasil, a partir da Constituição de 1988 tornou-se obrigatória a elaboração do Plano Diretor Municipal, assim o planejamento urbano, sob as bandeiras da descentralização e da participação ampla da sociedade civil, retornou à cena, por vezes sob a denominação de "estratégico", como é o caso do Plano Diretor Estratégico de São Paulo, por vezes continuou apenas como peça ideológica, enquanto "plano discurso" (VILLAÇA, 1999).

Desde então o que se tem observado é um Poder Público urbano que entre o atendimento das demandas básicas da população e o atendimento daquelas colocadas pelos agentes hegemônicos, tem pendido para este último lado.

Característico tem sido o planejamento de curto prazo, ao qual muito bem se presta o Plano Diretor, cuja revisão ocorre de quatro em quatro anos. Não que este seja o objetivo e o fundamento básico do Plano Diretor, mas a isso tem se prestado, à atração de recursos privados para a implantação de projetos urbanos de oportunidade⁵, ou seja, do que se tem denominado de empreendedorismo urbano (Harvey, 1996; Hall, 2007). Algumas ações são ainda definidas por Operações Urbanas, com legislação específica, que favorecem a execução destes projetos⁶. Diversos são os resultados contraditórios do planejamento urbano em realização no Brasil. Cabe-nos ressaltar aqueles relacionados aos espaços livres públicos (forma e conteúdo), como são as ruas, calçadas, praças, parques, dentre muitos outros.

2. Os espaços livres públicos e a realização da esfera pública geral

Todo arranjo espacial urbano é constituído por dois tipos de espaços físicos: os espaços edificados e os espaços livres de edificação. Segundo Magnoli (1982): "*O Espaço Livre é todo espaço não ocupado por um volume edificado (espaço-solo, espaço-água, espaço-luz) ao redor das edificações e que as pessoas têm acesso*", assim o que os difere é a presença ou ausência de volumetria, de edificação confinante por teto ou paredes.

As ruas e calçadas são os espaços livres (ELs) urbanos por excelência, contudo cabe a menção das avenidas, calçadões, grotas, jardins, mangues, matas, parques, pátios, praças, praias urbanas, quintais, rios, vazios urbanos, etc. Segundo Macedo, Custódio et al (2009, p.5), a localização, a acessibilidade e a distribuição dos ELs constituem um complexo de conexões com múltiplos papéis urbanos: "*atividades do ócio, circulação urbana, conforto, conservação e requalificação ambiental, drenagem urbana, imaginário e memória urbana, lazer e recreação, dentre outros.*" Os ELs podem ser de propriedade privada ou pública e o entendimento das relações de articulação e/ou dependência entre ambos são de capital

importância para o entendimento das dinâmicas do cotidiano das grandes cidades e metrópoles..

Atentando para o espaço livre público, diríamos que é aquele de propriedade e apropriação públicas. Segundo Arendt (1991, p.67), o termo público significa que “[...] *tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível.*” Nesse sentido, o “do ver e ser visto por todos”, a realização da esfera pública, entendida como realização da política *stricto sensu*, como o faz Arendt (1991), pode ter seu sentido ampliado para o de esfera pública geral (QUEIROGA et al, 2009), realizável em todos os espaços (privados ou públicos) onde haja a possibilidade do encontro do diverso. Entretanto, é, principalmente, no espaço livre público, objeto e produto do planejamento urbano-metropolitano, que a esfera pública geral envolve toda “[...] *a produção cultural, a construção da cidadania, do interesse público, do bem público constituído socialmente diante do conflito de interesses individuais ou de grupos [...]*” (MACEDO, CUSTÓDIO et al, 2009, p.3). Daí nosso foco na importância dos espaços livres públicos como realização da esfera pública geral nas metrópoles e grandes cidades, pois eles são as formas-conteúdo oriundas das políticas públicas e seu entendimento passa pela questão fundiária, da apropriação, da acessibilidade e também da qualificação física. Aliás, não basta ser propriedade pública para se ter garantido o direito a seu livre acesso; mesmo entre os bens de uso comum do povo – ruas, praças, parques, praias, etc. – são vários os exemplos de desvio de finalidade, seja no ilegal fechamento de rua ou bairro ocupado por estratos de alta renda, sejam as ruas e vielas de uma favela controlada pelo narcotráfico.

A prática de atividade esportiva, as compras, o piquenique, o caminhar para a contemplação, para “ver e ser visto”, a simples *flânerie* (BENJAMIN, 1989, p. 34) possibilitam o encontro fortuito, por mais destinados que sejam os ELs a determinadas frações de classes sociais ou gênero. Aliás, observa-se sazonalidade no uso dos ELs públicos: em certos parques urbanos, trechos de orla fluvial ou marítima, durante a semana predominam frações de classes média e alta e, nos finais de semana, frações das classes menos favorecidas (Belo Horizonte, Campinas, Curitiba, Fortaleza, Maceió, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, por exemplo).

3. Metropolização e metrópoles brasileiras

Na obra *Urbanização brasileira*, cuja primeira edição é do ano de 1991, o geógrafo Milton Santos, chamava a atenção para o processo de metropolização em curso no Brasil. Fenômeno distinto da urbanização pura e simples, por seu caráter mais complexo. Segundo o autor (SANTOS, 1993, p.77), desde 1950, passamos por um estágio de “urbanização aglomerada” com o aumento dos núcleos com mais de 20.000 habitantes, depois ingressamos no estágio da “urbanização concentrada”, com o aumento do número de

idades de tamanho intermediário, “[...] para alcançarmos, depois, o estágio da metropolização, com o aumento considerável do número de cidades milionárias e de grandes cidades médias (em torno do meio milhão de habitantes)”. Justamente o caso da maioria das metrópoles estaduais analisadas. Apenas Florianópolis, Palmas e Vitória possuem menos de meio milhão de habitantes. (Tabela 1)

Tabela 1 – População: Capitais e Regiões Metropolitanas do Brasil – 2010 – para as oficinas realizadas

	Capitais e sedes de Região Metropolitana	População Total da Capital (1)	População Total da Região Metropolitana (2)	Região Metropolitana/ N° de Municípios
1	Belém	1.392.031 hab.	2.100.319 hab.	6
2	Belo Horizonte	2.375.444 hab.	4.882.977 hab.	34
3	Brasília	2.562.963 hab.	3.716.996 hab.	Região Integrada de Desenvolvimento: Brasília e entorno
4	Campinas	*	2.798.477 hab.	19
5	Campo Grande	787.204 hab.	*	*
6	Curitiba	1.746.896 hab.	3.168.980 hab.	26
7	Florianópolis	421.203 hab.	1.012.831 hab.	22
8	Fortaleza	2.447.409 hab.	3.610.379 hab.	15
9	Maceió	932.608 hab.	1.156.278 hab.	11
10	Manaus	1.802.525 hab.	2.106.866 hab.	8
11	Maringá	*	612.617 hab.	13
12	Natal	803.811 hab.	1.295.627 hab.	10
13	Palmas	228.297 hab.	*	*
14	Recife	1.536.934 hab.	3.688.428 hab.	14
15	Rio de Janeiro	6.323.037 hab.	11.711.133 hab.	20
16	Salvador	2.676.606 hab.	3.574.804 hab.	13
17	São Luís	1.011.943 hab.	1.327.881 hab.	4
18	São Paulo	11.244.369 hab.	19.672.582 hab.	34
19	Vitória	325.453 hab.	1.685.384 hab.	7

Fonte: (1) IBGE. *População*: dados preliminares do censo 2010. (2) *Censo Brasileiro 2010*: dados consolidados.

Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 19 dez. 2010. (2)

(*) Não é região metropolitana, é microrregião.

Com as exceções de Campo Grande e Palmas, as demais capitais estão inseridas num contexto efetivo de região metropolitana o que significa que há uma circulação, diária ou sazonal, nada desprezível de mercadorias, serviços e pessoas entre o município que

empresta o nome à região metropolitana e os municípios vizinhos, contíguos ou não. O Plano Diretor, apesar de municipal, não deveria se eximir de considerar a dinâmica urbana regional.

Verdade seja dita que algumas regiões metropolitanas existem formalmente, apenas no papel, pois foram criadas somente para garantir o acesso a linhas específicas de financiamento, por exemplo, do Ministério das Cidades (criado em 2003), portanto estabelecidas com critérios pouco ortodoxos, é o caso da região metropolitana de Maceió, por exemplo. Contudo inegável é a tendência à crescente metropolização das capitais brasileiras, o que significa intensificação da circulação de pessoas para fins de trabalho, lazer e recreação, estudo, compras, redimensionando o papel dos espaços livres urbanos, sobretudo dos públicos, que apesar da forte atração exercida pelos *shopping centers* ainda são muito utilizados pela população, como tem revelado nossa pesquisa. São, portanto, ainda importantes para “o ver e ser visto”, para a realização da esfera pública geral.

4. Gestão: planejamento, projeto, implantação e manutenção

Na década de 1980, por influência do neoliberalismo, práticas de administração empresarial são aplicadas à administração pública. Ao tomar de empréstimo o termo gestão da iniciativa privada, o Poder Público passou a empregá-lo em uma dimensão mais ampla e passou a abarcar outras atividades. No caso dos espaços livres públicos, englobou as ações de planejamento, projeto, implantação e manutenção.

São diversos os tipos de ELs públicos das metrópoles em questão, mas podem ser enquadrados em três tipos-padrão, os: 1) de circulação, convívio e lazer: calçadas, calçadões de orla fluvial, marítima e lagunar, ciclovias, mirantes, ruas, parques, praças, zoológicos; 2) de preservação ou conservação ambiental: Áreas de Preservação Ambiental (APA), Áreas de Preservação Permanente (APP), dunas, encostas íngremes, falésias, fundos de vale em geral, grotas, lagoas, lagos, mangues, matas, morros, orlas, restingas, rios; 3) espaços livres relacionados a usos específicos: espaços de redes infra-estruturais – estações de tratamento d’água, de esgotos, de rebaixamento de tensão elétrica, aterros sanitários, etc. – cemitérios, espaços livres de complexos penitenciários, militares, esportivos, centros de pesquisa, etc. Evidentemente, tais tipo-padrão por vezes apresentam papéis mais complexos, uma APP urbana pode se prestar à mobilidade de baixo impacto (ciclovias, por exemplo) e ao lazer (vide Resolução CONAMA 369/2006), de forma análoga um *campus* universitário pode apresentar práticas esportivas e de lazer aos fins de semana, entre inúmeros exemplos de multifuncionalidade que efetivamente caracterizam os sistemas de espaços livres urbanos brasileiros.

A multifuncionalidade dos elementos de um sistema de espaços livres urbanos deveria ser fator de maior atenção das ações públicas sobre os espaços livres, desta forma poder-se-ia

otimizar seu uso, sua importância na vida urbana, na esfera pública e na conservação ambiental.

4.1 Planejamento

Das metrópoles e cidades médias estudadas somente aquelas para as quais se desenvolveu plano urbanístico, possuem nas áreas centrais um sistema pensado de ELs públicos: Belo Horizonte, Brasília, Maringá e Palmas apresentam um conjunto de praças e parques intencionalmente criado (desse tipo). Outras, por intermédio de planos específicos, tiveram períodos significativos de projeto de ELs públicos como as praças de Burle Marx em Recife e os parques de Curitiba. Porém, *grosso modo*, a ausência de uma visão sistêmica, que buscaria articular as questões de caráter ambiental, funcional e cultural é recorrente, predominando a ação pontual e programas desarticulados, de oportunidades (o planejamento de conjunto é incipiente, predomina a forma de unidade por unidade).

Nem sempre as áreas públicas resultantes de parcelamento de lotes tem resultado em ELs públicos de tamanho e localização adequados ao amplo uso da população. E, com a emergência dos loteamentos fechados, muitas têm ficado com acesso restrito, de forma simbólica ou efetivamente. Vale sempre lembrar que tais loteamentos, para a legislação federal vigente, são ilegais. Desta forma observa-se uma carência de espaços livres voltados à esfera pública geral, seja por que falta planejamento urbano que efetivamente se ocupe em estabelecer parâmetros qualitativos e exigências para sua implantação por parte dos empreendedores, seja por negligenciarem o direito de livre acesso às áreas livres cercadas, isoladas e frequentemente bem mantidas nos loteamentos fechados.

Apesar de todas as metrópoles analisadas possuírem secretaria de desenvolvimento urbano (Vitória, São Paulo), urbanismo (Rio de Janeiro), planejamento urbano (Campo Grande, Curitiba, Florianópolis), ou políticas urbanas (Belo Horizonte), a sobreposição e a fragmentação de funções e órgãos dificultam o planejamento dos ELs públicos⁷ mais comuns nas cidades brasileiras, que são as praças, os parques e os campos de futebol, além das ruas e calçadas. Secretarias de meio ambiente e obras também teriam, em alguns casos, a atribuição de fazer o planejamento dos sistemas de espaços livres – SELs -, articulando-se com as de secretarias de planejamento, etc.

Os ELs públicos existem, mas são mal distribuídos (Florianópolis, Campo Grande), e, ao contrário do que se poderia imaginar, o problema não é a escassez, pois há grandes estoques, seja por todo o tecido urbano (Campinas), seja em zonas urbanas específicas (zona sul, leste, oeste etc.) de várias das metrópoles e cidades médias estudadas: Belém, Brasília, Campo Grande, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Maceió, Manaus, Natal, Palmas e São Paulo. Também há que se mencionar os fundos territoriais urbanos, como os estoques

de ELs pertencentes às forças armadas brasileiras, com destaque para o exército e a marinha: Belém, Campinas, Manaus, Rio de Janeiro e Vitória.

E, ainda, são muitas as áreas de preservação e conservação ambiental, que se não são aptas à construção de habitação, podem ser planejadas e qualificadas para usos públicos urbanos que respeitem as especificidades desses tipos de ELs. Para tanto, a discussão de como viabilizar a acessibilidade destas áreas, tornando-as efetivamente de uso e apropriação pública é necessária na atividade de planejamento. Deve ser garantida também a acessibilidade por meios de transporte coletivo, deficiente em cidades como Brasília, Campo Grande e Natal, propiciando o melhor uso de certos ELs urbanos.

A questão é mesmo de planejamento, inclusive porque a administração precedente tende a negligenciar as propostas elaboradas pela administração pública antecedente, assim muitas idéias frutíferas são desperdiçadas ou preteridas; sofrendo severos problemas de descontinuidade. Um planejamento tornado efetivamente público, não atendendo setores hegemônicos específicos, poderia trazer para a esfera pública as questões e proposições referentes aos problemas urbanos. A tarefa não é fácil diante dos interesses políticos e econômicos hegemônicos, mas é imprescindível.

Outro complicador são as políticas contraditórias implantadas de forma não integrada: execução de calçadas versus arborização versus implantação de cestas de lixo versus declividade como garantia de acessibilidade versus implantação de bancas de jornal e pontos de ônibus versus circulação veicular. E ainda, as políticas advindas de parcerias público-privado, dificultadas por ser o tempo da iniciativa pública distinto do tempo e dos objetivos da iniciativa privada.

Cabe um destaque para o não planejamento de um tipo de EL muito utilizado, mas que não tem recebido a devida atenção dos órgãos públicos: os campos de futebol. Quando muito há o planejamento de quadras poliesportivas no contexto de renovação de bairros centrais, de grandes projetos de implantação de áreas de lazer e recreação em orlas marítimas ou fluviais, de programas habitacionais como o Programa Federal de Aceleração do Crescimento (PAC), porém, a qualificação de campos de futebol por parte do Poder Público, inexistente. É a improvisação em terrenos não ocupados, roçados, areias, gramados e várzeas (Belém, Maceió, Manaus, Recife, São Luís, etc.) que tem possibilitado a apropriação. Não identificamos em nenhuma das metrópoles um programa específico para esse tipo de espaço livre que poderia ser público, nem mesmo em Maceió ou Recife, que conta com mais de 400 campos de futebol entre os formais e os informais. Se não há planejamento, muito menos há projeto.

4.2. Projeto

O quesito projeto integra a qualificação dos ELs, sejam públicos ou privados. E o que se identifica é a falta de projeto e tratamento paisagístico, com destaque para Campo Grande (parcial), Fortaleza, Florianópolis e Natal. Quando existem, é comum verificarmos a desconsideração ou desconhecimento dos ditames físico-naturais como os climáticos, topográficos e geomorfológicos, culminando na implantação de projetos equivocados: ciclovias e praças em cidades de clima muito quente sem a devida arborização (Palmas); praças muito impermeabilizadas (São Paulo), etc.

Observamos que os projetos de espaços livres públicos urbanos obedecem, cada vez mais, à lógica internacional – fontes disponíveis de recursos e destaque no caminho do *status* de cidade mundial. Assim, destaque nesses tempos contemporâneos são os projetos de ELs destinados mais ao efeito de vitrine internacional, como certos parques lineares, os ELs resultantes de renovação de áreas centrais e orlas fluviais ou marítimas; as praças de grife; o entorno livre de museus e até mesmo as pontes, no caso, as do tipo estaiadas.

Alguns exemplos são: a Cidade da Música, no Rio de Janeiro, projeto do francês Portzamparc, o Museu do Amanhã, também no Rio de Janeiro, projeto do espanhol Santiago Calatrava; as intervenções de Rosa Kliass, em Belém; o parque linear em torno de Represa do Rio Tocantins, em Palmas, projeto parcialmente implantado de M. Cecília Gorski, o Observatório do Pantanal, na cidade de Campo Grande, projeto de Oscar Niemeyer, etc.

Se os projetos de grife objetivam mais atrair turistas e servir de amenidades urbanas para o turista de negócios ou lazer, servem também à realização da esfera pública geral ao proporcionar o encontro dos diversos habitantes locais e destes com os “estrangeiros” nacionais e internacionais. Contudo, um projeto adequado, e há que se registrar que alguns são interessantes, como as praças com estátuas ou com aparelhos de condicionamento físico que sugerem e possibilitam interatividade (Belo Horizonte, Rio de Janeiro), não basta, pois, justiça seja feita, nem sempre os que efetuam o projeto são os mesmos que acompanham a implantação da obra.

Há, sem dúvida, alguns programas conduzidos por iniciativas públicas que revelam qualidade projetual e rica apropriação pela população. Os exemplos de bons projetos se fazem notar, mas, ainda assim, se constituem em exceção à regra. Entre outros, pode-se citar os parques da região noroeste de Curitiba onde se concentra a população de maior renda, as praças e parques implantados em periferias de Belo Horizonte (muitas), São Luis e Campinas (poucas), o tratamento da orla da Baía Noroeste em Vitória, ou o programa Centros de Bairro que implantou dezenas de praças na periferia paulistana. Este último exemplo apresentou tamanho sucesso de público que exigiria alta qualidade em sua

manutenção, com a mudança de gestão municipal, as novas praças deterioraram-se rapidamente, seus equipamentos quebrados ainda podem ser vistos em meio ao mato alto.

4.3 Implantação

Existe demora, descontinuidade, dificuldades técnicas, uso de material inadequado e desconhecimento da legislação na implantação dos projetos. Na unânime totalidade das cidades enfocadas.

Comuns também são os problemas de implantação de praças e parques, por exemplo, em bairros consolidados, pela falta de estoques de áreas livres.

A pesquisa constatou a existência de uma grande demanda pela criação de parques e praças no Brasil por parte da população, mas que é comprometida pela implantação inadequada e falta de manutenção rotineira de todos os níveis após a sua construção.

4.4 Manutenção

No senso comum, a manutenção é entendida como sinônimo de qualificação, mas como estamos vendo, aquela é um item desta. A precária manutenção dos espaços livres públicos urbanos ocorre de forma generalizada (Campinas, Campo Grande, Fortaleza, São Paulo, Palmas), mas é acentuada nos bairros mais pobres.

Se a falta de manutenção dos equipamentos, de limpeza, de pintura, de arborização, de iluminação, de sinalização nos ELs públicos prejudicam a realização da esfera pública geral, no entanto, não a impedem. Esta é uma constatação válida para as praças e parques e mais válida ainda para os campos de futebol que, independente da precariedade, da qualificação arquitetônica (geral), possibilitam os encontros, talvez porque a prática do esporte exija mínima infra-estrutura, também porque a precariedade da urbanização e das construções em geral nas áreas periféricas é genérica, não atinge apenas os espaços livres de uso público, fazendo com que a apropriação dos espaços livres informais seja alta (tanto para usos públicos, quanto para apropriações privadas desviando sua finalidade original).

Nesse particular, não se conseguiu apurar se é a falta de manutenção que acirra as práticas de vandalismo ou o seu inverso, mas certo é que a depredação acaba por favorecer atividades que expulsam a diversidade da população e favorecem um tipo único de uso, por reduzido tipo de usuário, por exemplo, os traficantes e consumidores de drogas e a prática da prostituição.

A alegação de deficiência de funcionários e custos elevados de manutenção tem levado o Poder Público a medidas como a adoção de praças e parques pela iniciativa privada (Belo Horizonte), ou a contratação de pessoa da comunidade, bairro, para cuidar das praças (São Paulo). Tais medidas colocam em xeque o caráter público de certos ELs.

Considerações Finais

A qualificação (planejamento, projeto, implantação e manutenção) dos ELs públicos, sobretudo ruas, calçadas, praças e parques, quando acessíveis às diversas frações de classes sociais, melhor possibilita a realização da esfera pública geral, porque tende a atrair usuários diversos, mesmo que de modo sazonal: de manhã as crianças e os idosos, a tarde os estudantes, a noite os usuários de droga, durante a semana os profissionais liberais e nos fins de semana os trabalhadores em geral etc.

A desqualificação dos ELs públicos prejudica, reduz, mas não é impedimento para a realização da esfera pública geral. Neste sentido, o planejamento urbano-metropolitano tem papel fundamental mesmo numa realidade de processo de metropolização, porque apesar dos espaços livres privados estarem em franco incremento (campos de golfe, ciclovias, pistas de *cooper*, quadras, *shopping centers* etc.) os espaços livres públicos são formas espaciais que apresentam contínua demanda e uso, e melhor apropriados seriam se qualificados. Ou seja, a qualidade da apropriação seria outra, redimensionando a relação forma-conteúdo.

Referências Bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1991.
- BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo** (Obras escolhidas III). São Paulo: Brasiliense, 1989.
- HALL, Peter. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- HARVEY, David. Do gerenciamento ao “empresariamento”: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Revista Espaço & Debates**, São Paulo: NERU, n.36, p.48-64, 1996.
- MACEDO, Silvio S.; CUSTÓDIO, Vanderli et al. Os sistemas de espaços livres da cidade contemporânea brasileira e a esfera de vida pública: considerações preliminares. In: Encúntro de Geógrafos de América Latina, 12^{o.}, 2009, Montevideo. **Anais do XII EGAL**, 3-7 abril. Montevideo: Universidad de la República, 2009. p. 1-12.
- MAGNOLI, Miranda. **Espaços livres e urbanização**. Tese (Livre-docência) – FAUUSP, São Paulo, 1982.
- MORIN, E. **O método 1**: a natureza da natureza. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- QUEIROGA, Eugênio, et. al. Os espaços livres e a esfera pública contemporânea no Brasil: por uma conceituação considerando propriedades (públicas e privadas) e apropriações. In TÂNGARI, V., ANDRADE, R., SCHLEE, M. (Orgs.). **Sistema de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de

Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós-Graduação em Arquitetura, 2009. p. 84-99.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 169-243.

Notas Finais

¹ XIV ANPUR. Sessão Temática 1 - Política e Planejamento Urbano: Instrumentos, Planos e Projetos.

² O Projeto Temático de Pesquisa “Os Sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil”, conhecido como QUAPÁ-SEL, buscou compreender os espaços livres das cidades brasileiras. Desta maneira, estabeleceu a rede nacional de pesquisadores sobre o tema – Rede QUAPÁ-SEL – . Atualmente, a rede conta com pesquisadores das seguintes universidades: UFPA, UEMA, UNIFOR, UFRN, UFPE, UFAL, UFBA, UnB, UFMS, UFU, UFMG, UFES, UFRJ, USP (FAU, FFLCH, IAU-SC e IEB), PUC-Campinas, UFPR, UEM, UFSC e UNISINOS.

³ Em ordem alfabética: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Campo Grande, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Maceió, Manaus, Maringá, Natal, Palmas, Recife, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro, Salvador, Santa Maria, São Luís, São Paulo, Sorocaba, Suzano e Vitória.

⁴ São elas: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Campo Grande, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Maceió, Manaus, Maringá, Natal, Palmas, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís, São Paulo e Vitória.

⁵ Caso significativo é o do Rio de Janeiro, cuja Lei complementar nº 25/2001, que “Dispõe sobre a política urbana do município, instituindo o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro” ainda não foi aprovada (2010).

⁶ Caso da Operação Urbana Águas Espreadas em São Paulo.

⁷ Dificultam, igualmente, a devida arborização urbana, também de melhor qualidade nas cidades planejadas.